

Economia política da governação: Política económica de controle, manutenção e reprodução de poder¹

Natacha Bruna

Doutoranda no International Institute of Social Studies (ISS)
Pesquisadora Assistente no Observatório do Meio Rural (Moçambique)
e-mail: natachabruna89@gmail.com

Resumo

A economia moçambicana nas últimas décadas caracteriza-se por um elevado nível de crescimento económico, dinamizado pela introdução de recursos externos em forma de investimento directo estrangeiro e Grandes Projectos. Este facto é acompanhado pela manutenção e reprodução do poder de um aparelho do Estado com altos níveis de corrupção e fraca capacidade institucional. Deste modo, a evolução das diferentes variáveis macroeconómicas nos últimos anos, continuou a aprofundar a estrutura característica de economias subdesenvolvidas com o surgimento de elites políticas, assemelhando-se a abordagem dos marxistas quando se referem ao aparelho repressivo do Estado. Na última década, a política económica foi gerida com objectivo de manter e reproduzir o controlo do poder pela classe dominante e de o instrumentalizar para a constituição de grupos económicos, reforçando o poder repressivo do Estado seja coercivamente ou recorrendo aos seus aparelhos ideológicos.

Palavras-chave: Economia política; Estado; política económica; investimentos; elites.

Political economy of governance: Economic policy of control, maintenance and reproduction of power

Abstract

In recent decades, the Mozambican economy is characterized by high levels of economic growth, spurred by the introduction of external resources in the form of foreign direct investment and Mega Projects. This fact is followed by the maintenance and reproduction of the power of the state together with high levels of corruption and weak institutional capacity. Thus, the evolution of different macroeconomic variables in recent years, continued to deepen the structure of underdeveloped economies with the emergence of political elites, resembling with the Marxist approach when referring to the repressive state apparatus. In the last decade, economic policy was managed with the aim to maintain and reproduce the control of power by the dominant class and apply it for the establishment of economic groups, reinforcing the repressive power of the state either in a coercive way or using its ideological apparatuses.

Keywords: Political economy; State; economic policy; investments; elites.

¹ Este artigo foi feito com base no capítulo “Economia política da governação entre 2004 e 2014” do Livro Governação 2004-2014: Poder, Estado, Economia e Sociedade, que tem como autores João Mosca, Máriam Abbas e Natacha Bruna e que se encontra em edição.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 38 - Dossiê	pp. 13-40	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-----------	------

La economía política de la gobernación: Control de la política económica, el mantenimiento y la reproducción del poder

Resumen

La economía de Mozambique en las últimas décadas se ha caracterizado por un alto nivel de crecimiento económico, impulsado por la introducción de los recursos externos en forma de inversión extranjera directa y grandes proyectos. Esto va acompañado por el mantenimiento y la reproducción del poder de un aparato estatal con altos niveles de corrupción y débil capacidad institucional. Por lo tanto, la evolución de las distintas variables macroeconómicas en los últimos años, siguió profundizando la estructura característica de las economías subdesarrolladas con la aparición de las élites políticas, asemejándose al enfoque marxista al referirse al aparato represivo del Estado. En la última década, se manejó la política económica con el objetivo de mantener y reproducir el control del poder por la clase dominante y su instrumentalización para la configuración de grupos económicos, lo que refuerza el poder represivo del Estado y de sus aparatos ideológicos.

Palabras claves: Economía política; Estado; política económica; inversiones; élites.

Introdução

O aparelho repressivo do Estado abordado pelos marxistas e mais adiante complementado pelos aparelhos ideológicos de Althusser, indicam a reprodução e manutenção de poder em que perpetua a divisão de classes numa sociedade. Esta abordagem assemelha-se a realidade da economia moçambicana nas últimas décadas. Deste modo, o principal objectivo deste estudo é o de analisar as diferentes vertentes socioeconómicas de maior relevância, tendo como principal foco a economia política adoptada nos dois mandatos de governação do ex-presidente Armando Guebuza.

Esta análise é baseada na abordagem de três principais conjuntos de variáveis quantitativas e qualitativas da política económica verificada em Moçambique. A primeira grande variável dinamizadora da economia moçambicana são os recursos externos em forma de investimento directo estrangeiro e os grandes projectos que, de acordo com o Boletim Estatístico (2010-2013), alcançaram um total de 18.600,00 milhões de USD no período compreendido entre 2001 e 2013. O segundo grupo de variáveis que se analisam são as instituições (Estado), corrupção e competitividade e por último aborda-se um conjunto de variáveis macroeconómicas relevantes no contexto do tópico.

Estes grandes fluxos são acompanhados por transformações e configurações de interesses económicos da classe dominante, alimentado por elevados níveis de corrupção, de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção que em termos de *ranking*

indica que Moçambique se encontrava em 2013 no grupo dos 30% mais corruptos do mundo, (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2013). Juntamente com a debilidade institucional existente, os níveis de competitividade nacional decrescem e o ambiente de negócios deteriora-se. Daí, a importância de analisar as instituições, nível de corrupção e competitividade relacionando-as com as diferentes opções políticas dos detentores do poder.

Estes factos têm impacto nas diferentes variáveis e instrumentos de gestão macroeconómicos, o terceiro grupo de variáveis a ser analisado, na medida em que se adoptam políticas orçamentais e monetárias expansivas, caracterizadas por elevados níveis de despesas públicas e volumes de crédito ao consumo, respectivamente. Este conjunto de políticas resulta num crescimento económico não sustentável, baseado em recursos externos e, de acordo com o estudo da Agência Francesa de Desenvolvimento apresentado no Seminário Sobre Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento (2009), com maiores níveis de destruição de riqueza do que acumulação da mesma.

O presente artigo é composto por cinco secções: a primeira apresenta um breve debate teórico a cerca da economia política e a sua verificação em Moçambique. A segunda secção destina-se a análise do investimento, em particular, do investimento directo estrangeiro na economia Moçambicana. A terceira aborda questões qualitativas e quantitativas relacionadas com instituições, corrupção e competitividade. Na quarta secção se apresenta uma análise das principais variáveis macroeconómicas sempre tendo como principal foco a economia política. Finalmente, na última secção apresentam-se algumas considerações finais.

Debate teórico da economia política

No seu livro “*A Contribution to the Critique of Political Economy*”, Karl Marx refere que ao considerar a economia política de um dado país, é necessário ter em conta a população, sua divisão em classes, distribuição pela cidade, campo e mar. As questões da economia política estendem-se também aos diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e ao consumo anual, os preços das mercadorias e outros factores (MARX, 2010).

Neste contexto, Frederich Engels (1984) em seu livro “*The origin of the family private property and the state*”, aborda o modo pelo qual na Grécia o conceito de Estado se desenvolveu. Este afirma que a valorização da riqueza induziu a criação de uma

instituição que a acumulasse de forma acelerada e originasse a perpetuação da divisão de classes sociais². Deste modo, verificava-se o direito da classe possuidora em explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

Os métodos desenvolvidos por Karl Marx e Frederich Engels para caracterizar a conjuntura social, económica e política, debruçando-se sobre classes sociais e a formação de Estados e a conjuntura existente baseavam-se inteiramente em evidências históricas e pela observação de diferentes fenómenos ligados à economia política.

No vasto conceito de política de Marx, o Estado aparece como sendo uma instituição em que perpetua o poder de dominação do capital sobre o trabalho. De acordo com Chagas (2012), Marx reduz tudo de essencial ao aparelho de Estado, considerando este repressivo e relacionando-o ao poder da classe dominante sobre a classe dominada. O Estado como mecanismo de manutenção das condições sociais de existência e da reprodução desta realidade.

Na mesma linha de pensamento, porém com uma abordagem diferente, as reflexões de Althusser resultaram no ressurgimento do Marxismo e deram lugar a uma nova abordagem relacionada com os aparelhos ideológicos do Estado. Althusser distinguiu o aparelho repressivo do Estado do aparelho ideológico do Estado (AIE) pela sua natureza violenta e física, o que ocorre de forma atenuada no caso dos AIE, (CHAGAS, 2012).

Portanto, os AIE³ são também a base de manutenção da divisão das classes sociais e de reprodução de poder das classes dominantes, deste modo, influenciando e intervindo na produção e outras vertentes micro e macroeconómicas. Estas abordagens reflectem alguns aspectos da realidade da economia moçambicana, em que as relações dos grupos sociais e as alianças políticas do governo conduzem, de certa forma, a política económica do país. As estratégias e opções políticas resultam na reprodução e manutenção do poder das classes dominantes.

Em Moçambique, a perpetuação da divisão de classes e perpetuação do poder da classe dominante ou possuidora sobre a classe não possuidora teve início no processo de privatização nos anos 80. De acordo com Chivangue e Cortez (2015) o momento decisivo deu-se no 5º congresso onde se autorizou que os membros da Frelimo, o partido no poder, participassem no sector privado e tivessem oportunidade de enriquecer. De

² Nobres, agricultores e artesãos (ENGELS, 1984).

³ Fazem parte do aparelho repressivo do Estado as instituições que funcionam através da violência em situações extremas ou similar, como por exemplo governo, as forças armadas, a polícia, o poder judicial, prisões e outros. Por sua vez os AIE são constituídos por instituições religiosas, sector educacional, família, contexto jurídico, social, cultural e outros intangíveis, (MARQUES, 2008).

acordo com este estudo, as elites usaram o poder para beneficiar-se do processo de privatizações, pois este não foi um processo transparente e foi dependente das diferentes ligações políticas que podem ter distorcido preços e informações a favor de interesses individuais ou colectivos.

O controlo estatal centralizado sobre o processo de privatização garantiu a capacidade do partido no poder de desfrutar de uma influência substancial sobre a maneira em que as empresas foram vendidas e para quem. O governo usou a sua autoridade para favorecer os interesses do partido e para dividir o controlo das empresas entre os membros leais do partido. Outra legislação foi criada para reforçar a presença do Estado e assegurar o favoritismo continuado aos membros do partido, mesmo depois de já ter criado as instituições necessárias para uma economia de mercado [...] o processo de liberalização instável em que Moçambique foi submetido criou condições para a corrupção, tornando este processo um elemento-chave na política democrática do país e levando a uma erosão do Estado e da legitimação de uma elite política (CHIVANGUE e CORTEZ, 2015, p. 7, tradução nossa).

Actualmente, vive-se o reflexo de um contexto histórico de criação de elites políticas e económicas que se consolidam e fortificam através de *networks* viradas ao sector privado e em particular a investimentos em recursos naturais. Chivangue e Cortez (2015), demonstram a existência de uma elite moçambicana composta por políticos empresários incluindo o próprio ex-presidente Armando Guebuza. Este estudo revela que um conjunto de políticos orientados para o negócio, familiares dos mesmos e empresários encontram-se conectados numa rede de poder político e económico, conduzida pela acumulação de recursos, sendo Armando Guebuza identificado como o principal nó e líder desta *network*, em que 87.5% foram identificados como membros da Frelimo com altas funções dentro do Governo.

A política económica: investimento e grandes projectos

Nos últimos anos a economia de Moçambique tem atravessado diferentes transformações estruturais e sectoriais resultantes, principalmente, de entrada de grandes volumes de investimento (aproximadamente 18.600,00 milhões de USD no período compreendido entre 2001 e 2013, apenas para o investimento directo estrangeiro, (BOLETIM ESTATÍSTICO, 2010-2013). Portanto, é importante analisar de que forma estes se distribuem pelos sectores da economia e o impacto dos mesmos na qualidade de vida da população.

Verifica-se uma concentração do investimento aprovado em dois sectores da economia, ou seja, aproximadamente 50% do investimento aprovado no período em análise distribui-se entre o sector da agricultura e o sector extractivo (recursos minerais e energia). De acordo com os dados do CPI⁴ o investimento aprovado entre 2001 e 2010 concentra-se num número reduzido de grandes projectos, sendo que 90% do valor dos investimentos aprovados (não necessariamente realizados) concentra-se em aproximadamente 6.7% dos projectos. Os seguintes projectos destacam-se: (1) Ferro e aço de Maputo; (2) expansão da Mozal; (3) Pemba Bay (projecto no sector do turismo); (4) Vale de Moçambique; (5) Portucel Moçambique (florestas); e, (6) Lúrio Green Resources (florestas). Os dados disponibilizados pelo CPI para o período entre 2011 e 2014⁵ demonstram uma tendência crescente do volume de investimento aprovado em relação ao sector de transportes e comunicações e indústria, e um repentino *boom* do sector de energia (principalmente petróleo e gás) no ano de 2014, tendo registado aproximadamente três mil e duzentos milhões de USD.

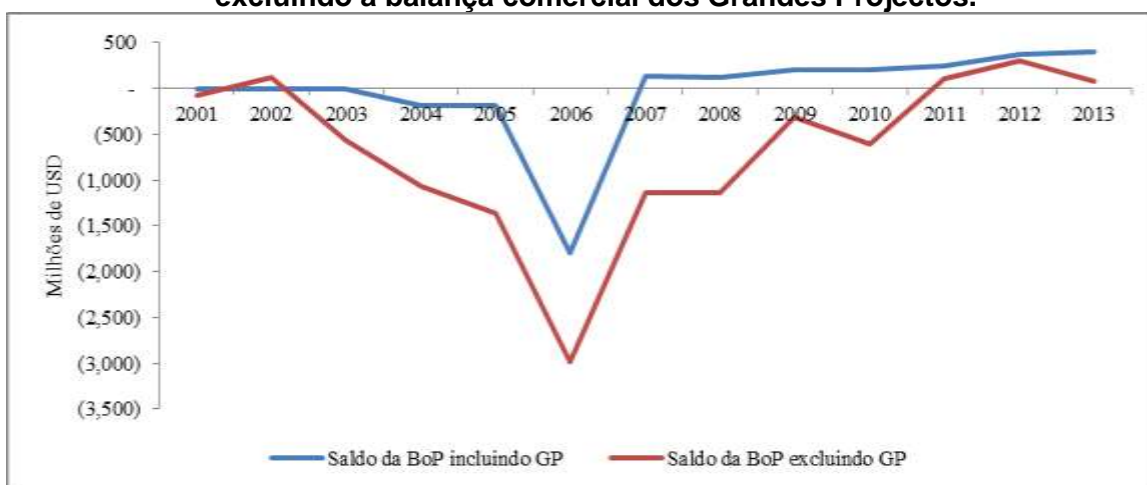
Mosca, Abbas e Bruna (no prelo) referem que existe uma grande injeção de recursos, sobretudo externos e em grandes investimentos, sobretudo o investimento directo estrangeiro. A entrada destes grandes volumes de capital estrangeiro reflecte uma política expansionista que resulta num incremento das exportações e o aumento do emprego, embora os grandes projectos sejam pouco geradores de emprego e mais intensivos em capital pela própria natureza do negócio. Portanto, estes grandes projectos aplicam-se principalmente à produção virada para a exportação com menor desenvolvimento do mercado interno e baixas ligações intersectoriais.

O investimento directo estrangeiro caracteriza-se, como mencionado anteriormente, num reduzido número de grandes/mega projectos nas áreas de fundição de alumínio, na indústria extractiva, na agricultura (virada para exportação) e no turismo. Deste modo, verificou-se um reforço da base capitalista da economia moçambicana, dominada pelo investimento estrangeiro e por empresas multinacionais. Estes apresentam impactos consideráveis a nível macroeconómico:

⁴ Recolha directa no ano de 2012, porém os dados referem-se ao período de 2001 a 2010.

⁵ Verifica-se uma ruptura na disponibilização de dados sobre o investimento aprovado por projecto. Apenas se disponibilizaram dados referentes ao investimento aprovado por sector.

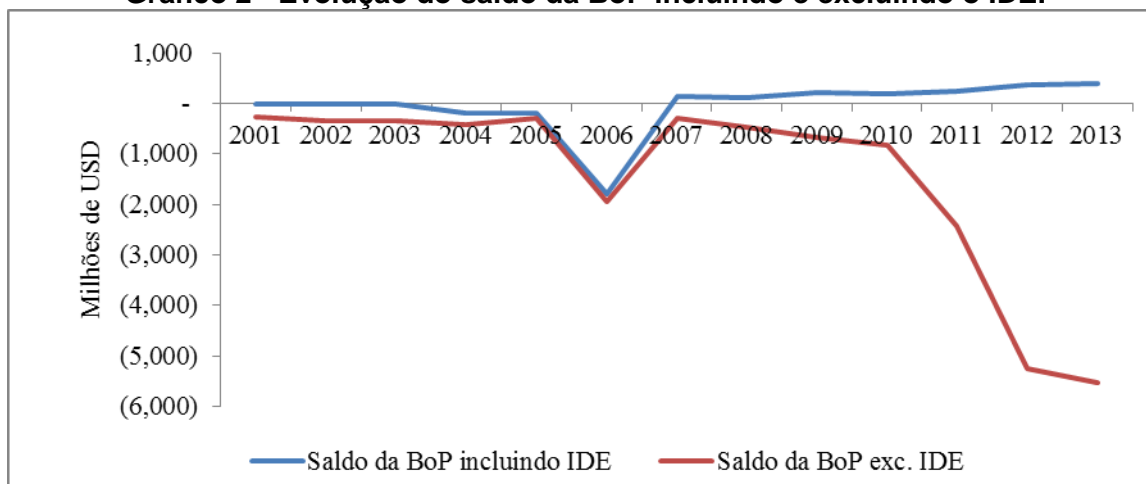
Gráfico 1 - Evolução do saldo da Balança de Pagamentos (BoP) incluindo e excluindo a balança comercial dos Grandes Projectos.



Fonte: Boletim Estatístico (2010-2013).

Este gráfico ilustra a importância da balança comercial dos grandes projectos na amenização do défice da Balança de Pagamentos (BoP), ou seja, as importações e exportações dos grandes projectos tiveram um efeito positivo no saldo da BoP. Ao calcular o saldo da BoP excluindo a balança comercial dos GP, o saldo da mesma agravar-se-ia, como se pode verificar pela linha vermelha. Em termos macroeconómicos, este facto é positivo, porém, ao analisar-se outras vertentes (pobreza e desigualdades sociais, ambiental, equidade espacial e outras) estes benefícios macroeconómicos não se verificam⁶. A pobreza não tem reduzido, sendo que em 2003, 54.1% da população era considerada pobre e em 2009 registou-se um aumento para 54.7% acompanhada de um agravamento do índice de Gini entre 1997 e 2003, de 39.6 a 47.3, respectivamente (MOSCA *et al*, 2012). Por outro lado, ao analisar-se a influência do IDE na BoP, verifica-se o seguinte cenário:

⁶ Alguns estudos apontam que a implantação dos grandes projectos em Moçambique tem impactos negativos. Verificam-se por exemplo, deficiências no processo de reassentamentos e pagamentos de indemnizações que resultam em maiores níveis de pobreza e desigualdade. Para outros efeitos negativos veja por exemplo Mosca e Bruna (2015) e Castel-Branco (2009).

Gráfico 2 - Evolução do saldo da BoP incluindo e excluindo o IDE.

Fonte: Boletim Estatístico (2010-2013).

Similarmente ao impacto da balança comercial dos grandes projectos, o volume de IDE influenciou positivamente o saldo da BoP ao longo de toda a série em análise. Como se pode observar, esta influência torna-se mais importante a partir de 2008 a 2009. Este facto pode verificar-se pela inclinação apresentada pela linha representativa do saldo excluindo o IDE. Este efeito positivo é claramente verificado para o caso do ano de 2013, quando a BoP registou um *superavit* de 396 milhões de USD. Porém, excluindo o IDE, este saldo se transformaria em um défice de 5.539 mil milhões de USD. De acordo com o Relatório Anual do Banco de Moçambique (2001-2009), os grandes projectos contribuíram com 79.3% do IDE (principalmente no sector da indústria extractiva – gás, petróleo e carvão) em 2013. Estes investimentos obtiveram, nos seus contratos com o governo, elevados benefícios fiscais, excepionalidades legais e facilidade de operação. No seguinte quadro são descritos os benefícios fiscais dos grandes projectos aprovados e realizados que obtiveram benefícios fiscais e excepionalidades:

Quadro 1 – Isenções dos Grandes Projectos⁷.

Nome do projecto	Principais reduções	Principais isenções
STATOIL Áreas 2 e 5 do bloco de Rovuma (exploração de gás e petróleo)	50% da taxa de Sisa ⁸ na aquisição de imóveis adquiridos nos primeiros 3 anos	Direitos aduaneiros e outras imposições aduaneiras e fiscais relativos à importação e exportação temporária de bens para utilização nas operações

⁷ Grandes ou Mega Projectos são considerados actividades de investimento com grande dimensão (acima de US\$ 500 milhões) e impacto na produção e no comércio (CASTEL-BRANCO, 2010).

⁸ A Sisa incide sobre as transmissões, a título oneroso do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, (MOÇAMBIQUE, 2004).

Anadarko Moçambique Área 1 Offshore (exploração de gás e petróleo)	Não conhecido oficialmente	petrolíferas. Direitos aduaneiros e outras imposições aduaneiras relativas à exportação do petróleo extraído em Moçambique.
PC Mozambique (Rovuma Basin) Lda (exploração de gás e petróleo)	Não conhecido oficialmente	Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nas importações e exportações, referidas nos bullets anteriores.
Eni East Africa S.p.A (exploração de gás e petróleo)	25% de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) do rendimento líquido de qualquer investimento antes de 2010. 50% da taxa de Sisa na aquisição de imóveis adquiridos nos primeiros 3 anos.	Qualquer imposto que incida sobre, ou se relacione com, os rendimentos do pessoal expatriado não-residente da Concessionária ou dos seus Subcontratados ou de qualquer outro imposto de natureza similar que incida sobre os rendimentos do trabalho do pessoal expatriado.
Vale Moçambique (exploração de carvão)	25% da taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, devido na distribuição de dividendos, durante 5 anos, contados a partir do 1º ano distribuição de dividendos. 25% da taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas por 10 anos, contados a partir do ano que tiver lucros.	Não conhecido oficialmente
Mozal, SARL (Fundição para alumínio)	Recuperação dos custos das infraestruturas até o máximo de 15.000.000.00 de dólares norte americanos, ao longo de um período de 8 anos.	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, Sisa, Imposto de Selo, Direitos de importação e Imposto sobre o Valor Acrescentado.
Kenmare (Projecto Areias Pesadas de Moma- Mining)	50% do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas nos primeiros 10 anos após início da produção.	Imposto sobre Consumos Específicos, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Direitos de importação por um período de 5 anos.
Kenmare (Projecto Areias Pesadas de Moma- Processing)	Não conhecido oficialmente	Imposto sobre Consumos Específicos, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Direitos de importação.
SASOL Petroleum Temane	50% do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas nos primeiros 6 anos	Imposto sobre Consumos Específicos, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Direitos de

	de produção	importação por um período de 5 anos.
JSPL, Mozambique Minerais, Lda	Para efeitos de cálculo do rendimento tributável, de Imposto sobre a Produção mineira, Imposto sobre a Superfície, Sisa e Imposto de Selo.	Imposto sobre o Valor Acrescentado e Direitos de importação por um período de 5 anos e.
Mpanda Nkuwa	Não conhecido oficialmente	Imposto sobre o Valor Acrescentado e Direitos de importação por um período de 5 anos.

Fonte: Adaptado pela autora de Nuvunga (2013).

Esta política combinada com o potencial de recursos naturais (em particular minerais e energético) existente em Moçambique e a ilusão de uma estabilidade macroeconómica do país apercebida internacionalmente, transforma Moçambique num grande destino de investimentos classificados como *resource seeking*, que se irá reflectir nas diferentes vertentes macro e microeconómicas.

Os benefícios fiscais são considerados generosos e colossais (CASTELBRANCO, 2010), assim como muitos e excessivos (CIP, 2013a), principalmente tendo em conta o facto de que o orçamento do Estado em Moçambique apresenta sistemáticos e crescentes défices, portanto, questiona-se os motivos pelos quais estes são estipulados e para quem realmente serão benéficos, tendo em conta o envolvimento de elites políticas que são altamente influenciadores na legislação e no acesso privilegiado à informação sobre a localização de recursos naturais em Moçambique. Um estudo conduzido por Besseling (2013) afirma que a Frelimo e os ex Presidentes Armando Guebuza e Joaquim Chissano em conjunto com ex Ministros exercem alguma influência na indústria do gás.

De acordo com Besseling (s/ data), Armando Guebuza é um dos homens mais ricos de Moçambique e com ligações, interesses e participação em diversos sectores da economia, resultante da dominação executiva do desenvolvimento de políticas e legislações. Besseling (2013) identifica o ex Presidente Armando Guebuza, com ligações e interesses na empresa Intelec Holdings (com participações na SASOL e muitas outras empresas de diferentes áreas) e na Insitec⁹, como principal influenciador dos contratos com os GP e em particular no sector do gás. Neste estudo e no estudo conduzido por

⁹ Intelec Holdings é uma empresa que opera em em vários ramos de actividade, Recursos Minerais, Telecomunicações, Publicidade, Turismo, Sector Bancário, Construção e Consultoria, www.intelecholdings.com. Por sua vez, a Insitec, é um grupo de investimento Moçambicano que aposta em diferentes sectores estruturais da economia nacional (Construção, banca, energia, infra-estruturas e mobiliária), <http://www.ceta.co.mz/pt-pt/quemsomos>.

Chivangue e Cortez (2015) Celso Correia, actual Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, é identificado como uma das principais ligações de Guebuza¹⁰.

Sustentando estas afirmações e no âmbito da indústria extractiva Castel-Branco afirma:

Investidores nacionais, particularmente os que investem em grandes projectos, ou pedem empréstimos bancários (o que é registado como empréstimos e não como IDN), ou investem com “capital político”, isto é, com a sua capacidade de controlar o acesso a recursos naturais (água, terra, recursos minerais), influenciar decisões, organizações, instituições (incluindo políticas, leis e pacotes de incentivos fiscais e outros), antecipar projectos de infra-estrutura associados à exploração de recursos naturais, e de “facilitar” o acesso dos investidores estrangeiros aos recursos naturais. Esta é uma forma específica e concreta de acumulação capitalista primitiva em Moçambique, cuja detalhada compreensão requer muito mais investigação. Esta forma de acumulação é consistente com a análise marxista sobre a chamada acumulação primitiva de capital, que consiste no controlo, reestruturação e redistribuição dos recursos e da propriedade e na reestruturação das relações de trabalho e das relações de poder envolvendo o Estado e as novas classes capitalistas. A acumulação primitiva não começa com poupança mas com o controlo sobre os recursos, o Estado e o trabalho, e das rendas que provêm desse controlo (Marx 1983 e Fine and Saad-Filho 2004). No caso moçambicano, este processo de reestruturação da propriedade dos recursos e do trabalho é acompanhado com a aliança e dependência das novas classes capitalistas nacionais com o grande capital estrangeiro (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 44).

Esta afirmação revela e sustenta a tese deste artigo na medida em que Moçambique é uma economia que se caracteriza por uma dinâmica acesa de investimento directo estrangeiro e pela formação de *clusters* que estes induzem. Esta grandeza macroeconómica serve de base para a acumulação primitiva de capital e sustentação da manutenção e reprodução de poder político e económico pelas elites políticas e económicas, intensificando a concentração de riqueza num pequeno segmento da população moçambicana.

A política económica: instituições (Estado), corrupção e competitividade

Os grandes fluxos de investimento externo são acompanhados pelas diversas características da economia política abordada anteriormente. A manutenção e multiplicação do poder são suportadas pela configuração de interesses económicos

¹⁰ Para uma análise mais profunda das diferentes ligações e interesses a volta da elite política moçambicana veja o *link* <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/30508-governo-de-guebuza-concede-tratamento-preferencial-a-empresas-da-nomenklatura>.

individuais ou de grupos sempre associados ao exercício do poder partidário e, através deste, do poder de Estado enquanto braço executivo da Frelimo, o partido no poder desde a proclamação da independência do país. Harrison (2010) em Chivangue e Cortez (2015) sugere que a liberalização que se verificou após as nacionalizações de finais dos anos 80 criou condições de existência de corrupção que levou a legitimação da elite política.

Estes interesses económicos privilegiam as áreas financeira, das comunicações, da construção, dos transportes e do sector ferro-portuário, beneficiando das privatizações das empresas públicas ou de alguns dos seus serviços externalizados (*outsourcing*). Este processo esteve (e está) pleno de irregularidades e de ligações promíscuas entre as elites políticas, o funcionalismo público/trabalhadores das empresas públicas e, em alguns casos, a cooperação. O estudo do CIP (2014) revela como a empresa Electricidade de Moçambique foi utilizada para, através da privatização de serviços da responsabilidade da empresa, se configurarem empresas das elites a quem são adjudicados trabalhos, muitas vezes sem obedecer aos procedimentos legais do *procurement* do Estado.

Existem ainda interesses das elites em sociedades de empresas de capital nacional e estrangeiro, cuja participação na sociedade foi concretizada de forma pouco transparente, o chamado “conhecimento local”, que significa, na prática, decisões e influências políticas que se reflectem na ‘facilitação’ (ou na não-observância) dos procedimentos e na protecção/segurança do investimento. A venda de licenças mineiras, de exploração florestal e pesqueira, foram alguns dos meios de obtenção de rendas. A venda ilegal de terrenos é uma prática que, embora inconstitucional, é generalizada e de conhecimento público. Embora esteja previsto na constituição que os recursos naturais são propriedade do Estado.

De acordo com o serviço de partilha de informação nº 1/2013 do CIP (2013b), refere a existência de distribuição de licenças de prospecção e pesquisa mineira sem transparência, resultante do acesso privilegiado de informação sobre a localização dos recursos naturais em Moçambique no seio das elites. Juntamente a esta informação, esta instituição, publicou um cadastro mineiro incluindo um conjunto de nomes de membros da Frelimo que pode ser encontrado no *site* <<http://www.cip.org.mz>>. E sobre a elite política refere:

A venda destas licenças tornou-se num padrão de acumulação de riqueza fácil no seio da *nomenclatura*. Dada a magnitude do assunto, o CIP torna acessível, na sua página da internet, o cadastro mineiro da República de Moçambique, que mostra milhões de hectares de terra

tramitados a favor da elite política, sem o conhecimento das comunidades, em todos os distritos do país (CIP, 2013a, p.1).

Portanto, em Moçambique, tem-se configurado uma economia de renda, fundamentado por Brito (2009), pela existência de uma economia e padrão de acumulação centrado na obtenção de rendas. Esta estrutura pode ser considerada um “capitalismo sem capitalistas¹¹”, que é desregulado e com acumulação não assente na capacidade de geração de riqueza com base na eficiência e na competitividade do tecido económico. Em consequência, estrutura-se um mercado, simultaneamente, liberalizado e protegido (monopólios públicos), com fortes distorções devido à persistência de assimetrias de conhecimento e informação entre os agentes económicos, com diferentes capacidades negociais devido às estruturas não concorrenciais dos mercados, dificuldade de mobilidade de bens e pessoas (devido à debilidade e escassez das redes de transporte). Acrescentam-se as intervenções desajustadas da governação (subsídios desconexos, descontinuados no tempo, de difícil exequibilidade e/ou acessibilidade, e não monitorados¹²), sobrevalorização da taxa de câmbio (caso de 2011, 27 meticais por dólar), investimentos públicos sem relação directa com a produção e produtividade (por exemplo, na agricultura) e novos edifícios públicos (ministérios¹³ e nos distritos) e outros de prioridade duvidosa e não fundamentada em estudos económicos e efeitos sociais e ambientais (por exemplo, a circular de Maputo e a ponte da Catembe).

Paralelamente a estes factores, sabe-se do não-cumprimento de importantes leis, incluindo a Constituição e é conhecida, e reconhecida, a morosidade do sistema judicial na resolução de situações de conflitualidade, assim como a desadaptação/desactualização do marco jurídico às novas realidades. Como exemplo verifica-se o incumprimento do artigo 3 da Lei de Terras (Lei nº19/97) em que se prevê que a terra em Moçambique não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada, no entanto, existe em Moçambique um mercado de terras claramente verificado em órgãos de comunicação (especialmente anúncios de compra e venda de terrenos nos jornais). Estes factos têm influência directa no ambiente de negócios e por sua vez no nível de competitividade nacional.

Estas constatações reflectem o baixo nível de competitividade, a degradação da qualidade do ambiente de negócios, os altos níveis de corrupção que, em conjunto, têm

¹¹ Assim como houve, após a independência, um partido marxista-leninista sem ou com poucos marxistas.

¹² Para confirmar, veja por exemplo Mosca, Pereira e Dadá (2014).

¹³ Grande parte dos ministérios construiu, ou iniciou a construção de, novos edifícios durante as duas legislaturas em análise.

como consequência o agravamento da má qualidade de vida de um grande segmento da população moçambicana. Estes factos confirmam-se com a evolução da posição de Moçambique em diferentes índices internacionais

Moçambique apresenta um baixo nível de competitividade e encontra-se nos 7% de países menos competitivos do mundo de acordo com o World Economic Forum (vários anos). O estudo realizado por Mosca *et al* (2012) confirma os resultados do World Economic Forum (WEF) e do *Doing Business* (DB), na medida em que os empresários nacionais e estrangeiros identificaram como principais constrangimentos (embora não se referem aos grandes projectos em particular): (1) o favorecimento por *lobbies*; (2) roubo nas empresas; (3) carga fiscal; (4) custos altos de transacção; (5) rigidez da legislação laboral; e, (6) dificuldades de acesso ao crédito. Os seis principais constrangimentos são de natureza institucional e, de algum modo, da responsabilidade, ou influenciada, pela política governamental.

Relativamente à análise dos níveis de corrupção recorreu-se à análise do Índice de Percepção da Corrupção que em termos de *ranking*, indica que Moçambique se encontra em 2013, no grupo dos 30% mais corruptos do mundo. As práticas conhecidas nas alfândegas, inspecções das finanças, da autoridade tributária e do Trabalho, e na polícia¹⁴, afectam a eficiência da economia e os custos de produção com reflexos sobre os preços ao consumidor. Os custos de transacção revelam-se elevados e, muitas vezes, desnecessários.

A “corrupção de alto nível” revela-se pelas promiscuidades entre política e negócios e entre interesses públicos e privados, quando envolvam benefícios privados (participação em sociedades sem materialização da contribuição correspondente, comissões, etc.), obtidos por intermediação das funções públicas, podem ser consideradas um acto de corrupção. No caso de Moçambique e, sobretudo, com a entrada de investimentos avultados e o défice de transparência relativamente aos contratos, existem muitas especulações que não encontram resposta. A falta de transparência e informação na gestão pública e nos contratos termina por justificar e legitimar as especulações existentes sobre eventuais práticas corruptas.

Para amenizar esta situação, Moçambique foi admitido na Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI, sigla em inglês), porém não teve ainda os efeitos desejados. De acordo com CIP (2014) a EITI constitui uma plataforma através da

¹⁴ O estudo levado a cabo por Vieira, Dadá e Martins (2014) cerca de 77% da amostra referia haver muita corrupção e estimaram que cerca de 12% dos custos de transportes correspondiam a pagamentos ilícitos a polícias.

qual cada país expande a transparência na gestão dos seus recursos e melhora os mecanismos de prestação de contas ao cidadão. Moçambique é, desde Outubro de 2012, um país cumpridor dos requisitos exigidos para os membros desta iniciativa, tendo que, a partir de então, tem publicado os relatórios de pagamentos efectuados pelas companhias que exploram recursos minerais no território nacional, bem como dos valores que o Governo recebeu, (CIP, 2013a). No entanto, foi referido no estudo publicado pelo CIP (2014), que muito pouco foi feito em termos de melhoria da colocação de informação no domínio público e prestação de contas, assim como na actuação do governo na gestão do sector. Este estudo refere também que, mesmo após a inclusão de Moçambique na EITI, o governo continua a agir com secretismo, a rever leis sem participação pública, bem como a fazer, abusivamente, ajustes directos de importantes projectos para a viabilização dos recursos do país.

A corrupção e o fraco nível de competitividade, em particular no pilar das instituições, levam a debilidade institucional. Por exemplo, sabe-se da incapacidade da fiscalização do negócio da madeira, da caça furtiva, do garimpo, entre outras actividades, que lesa a economia moçambicana e a sua sustentabilidade¹⁵ e para as áreas onde existem grandes investimentos externos (hidrocarbonetos e minerais), o ordenamento jurídico não está actualizado ou sofreram alguma actualização como o caso das novas leis de minas e petróleo. Por outro lado, a instabilidade institucional avalia-se pelas variações orgânicas do quadro dirigente e técnico, pela sucessão de políticas e estratégias, entre outros aspectos¹⁶.

A debilidade institucional, como refere Mosca (2005), surge após a transição de uma economia planificada para a economia de mercado, acompanhada do processo de privatização sem estratégias alternativas, resultando numa economia desregulada e de mercado selvagem, com a conivência e suporte de um Estado concessionário de rendas e de negócios que beneficiam, de forma hierarquizada, as elites e alianças de diferentes naturezas.

Não obstante a debilidade institucional, recorre-se ao intervencionismo estatal como ideologia e modo de intervenção para a configuração do capitalismo e implementação de políticas públicas populistas e de defesa do poder, a política

¹⁵ Existe suficiente casos reportados em órgãos de comunicação revelando evidências e casos concretos sobre as agressões aos recursos naturais, sobre o tráfico ilegal de madeira, de marfim, de ouro e pedras preciosas, de pessoas. Em alguns casos os traficantes foram julgados. Veja por exemplo Observatório do Meio Rural (2014), no *link* www.omrmz.org/.

¹⁶ Mosca, Abbas e Bruna (2013) refere esses casos (incluindo para o período em análise) para o sector de agricultura do aparelho de Estado.

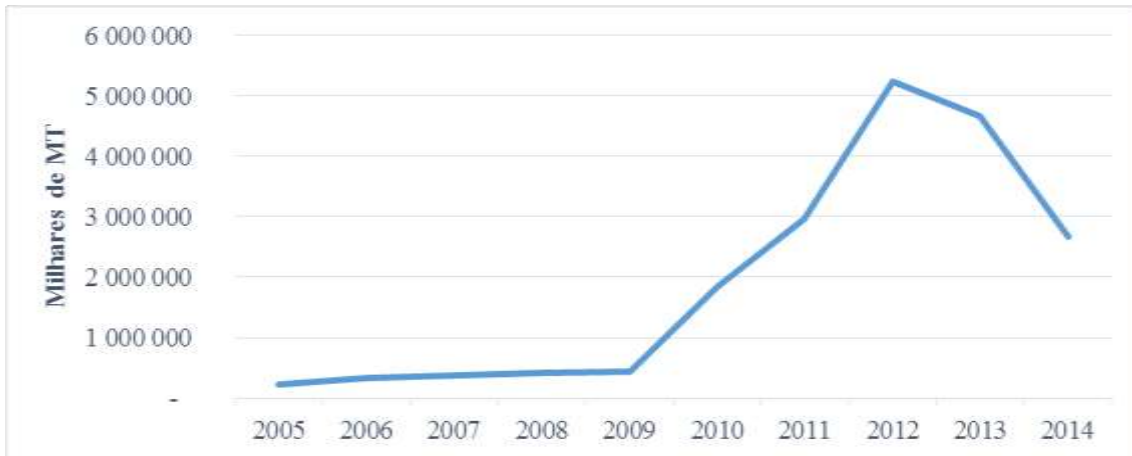
orçamental expansiva, sendo que em 2004, as despesas públicas (correntes e de investimento) no Orçamento Geral do Estado (vários anos), representavam 21% do PIB e em 2013 passaram a representar 37% e estimativas para 2014 indicam uma subida para cerca de 46%; os salários dos funcionários aumentaram durante o período em análise, representando nos últimos anos cerca de 11% do PIB, sendo este um dos valores mais elevados do mundo para este indicador.

O investimento público foi realizado, muitas vezes, sem estudos económicos e sobre os efeitos sociais e ambientais¹⁷. Existiu voluntarismo político em muitas directivas, como por exemplo, na promoção de trigo no norte de Tete, onde os camponeses produziram e depois não houve comercialização, sucedendo o mesmo na campanha da *jatropha*, no Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), na implementação da revolução verde no quadro da revolução verde africana, na implementação da cesta básica e dos subsídios ao gasóleo em resposta aos tumultos dos dias 1 e 2 de Setembro de 2010, entre muitos outros exemplos. Fizeram-se planos sem contar com as restrições de recursos (ou pensando em eventuais donativos e investimento estrangeiro), das capacidades institucionais e das infraestruturas, entre outros aspectos.

A intervenção do Estado na economia, com os efeitos referidos, apenas encontra coerência quando a análise se alarga às abordagens interdisciplinares e, em particular, para a abordagem de economia política. Se, em termos estritamente económicos, são evidentes incoerências e inconsistências, a política económica é explicada quando a análise coloca a hipótese de que a gestão do Estado e da macroeconomia tiveram como objectivos centrais a reprodução do poder político, a criação de grupos económicos das elites do partido Frelimo e a consequente formação das alianças políticas internas. Os parágrafos seguintes procuram fundamentar esta hipótese juntamente com os exemplos dados sobre as influências de políticas a favor das elites anteriormente.

Assim se justifica, por exemplo, o aumento vertiginoso do volume de subsídios, cujos beneficiários são, principalmente, os cidadãos, com o objectivo de evitar situações de tumultos e conflitualidade nos centros urbanos, tal como aconteceu em 5 de Fevereiro de 2008 e em 1 e 2 de Setembro de 2010. Pode verificar-se o crescimento acentuado da rubrica subsídios (do Orçamento Geral do Estado):

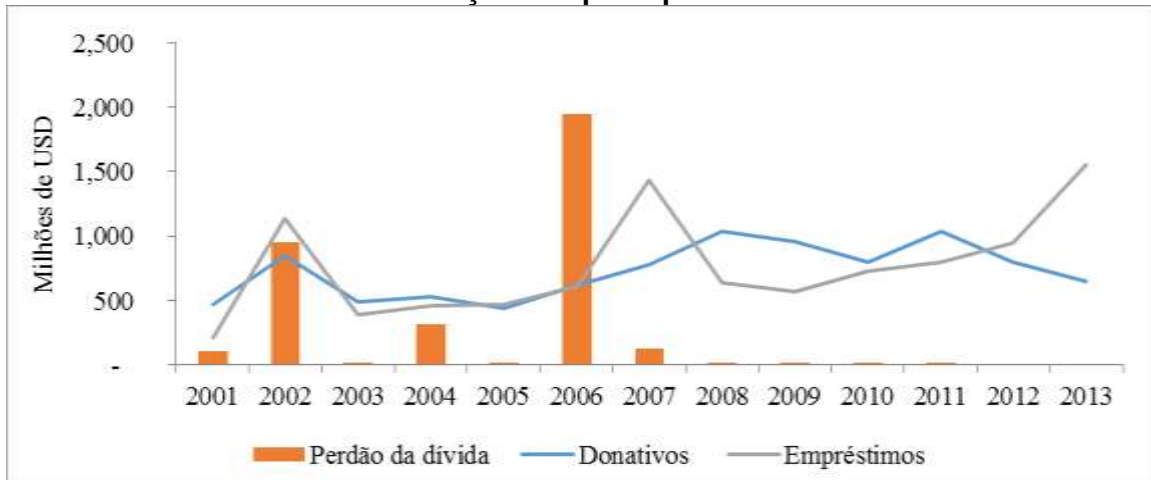
¹⁷ Se são realizados estudos, estes não são públicos nem cedidos para consulta para efeitos de investigação académica.

Gráfico 3 – Subsídios.

Fonte: Orçamento Geral do Estado (vários anos).

Pela distribuição das despesas públicas nas diferentes rubricas pode constatar-se que o Estado surge como um agente provedor dos serviços de saúde e educação e que realiza investimentos em infraestruturas, distribui recursos em forma de subsídios. Esta expansão foi aprofundada e custeada pelos donativos, endividamento público (empréstimos externos e internos) e aumento da capacidade de colecta de impostos.

No período compreendido entre 2001 e 2014, os donativos e os empréstimos (ambos externos e internos) representaram aproximadamente 50% das despesas públicas, ou seja, as receitas do Estado apenas cobrem metade das suas necessidades. Esta dependência do exterior vai para além do que se verifica no Orçamento de Estado. De acordo com Boletim Estatístico (2010-2013), a BoP tem registado *superavits* desde 2007. Estes saldos positivos são maioritariamente financiados por recursos externos, nomeadamente: IDE; donativos; empréstimos; e, ocasionalmente perdão de dívidas. A evolução destes indicadores é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 4 - Evolução das principais entradas da BoP

Nota: Apesar do perdão da dívida não ser considerado uma entrada na BoP, esta rubrica representa um financiamento a mesma.

Fonte: Boletim Estatístico (2010-2013).

A política económica: Variáveis macroeconómicas e instrumentos de gestão macroeconómica

Para além dos diferentes efeitos perversos das intervenções do Estado no mercado, consideram-se também alguns efeitos a nível macro como é o caso da abertura da economia ao exterior (em termos de bens e serviços, sobretudo no âmbito da SADC), onde também se reflectem efeitos das diferentes opções de políticas públicas. Portanto, estaria dentro do escopo deste trabalho referir aspectos relacionados a análises de algumas variáveis macro como o défice público, dívida pública e dívida externa

Gráfico 5 - Déficit¹⁸, despesas e dívida pública em percentagem do PIB¹⁹ e receitas do Estado/despesas públicas.



Nota: A escala da direita corresponde à dívida pública/PIB e receitas do Estado/despesas públicas. Fonte: Mosca, Abbas e Bruna (no prelo).

O déficit público aumentou significativamente para níveis que perigam a sustentabilidade da dívida pública (do Estado) e da dívida externa (do país), principalmente pela dificuldade que o Estado apresenta em amortizar suas dívidas. A dívida pública apresenta uma tendência decrescente em termos percentuais relativamente ao PIB. No entanto, apresenta valores absolutos crescentes, tendo atingido, em 2014, cerca de 271 mil milhões de meticais, (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2014). Pode verificar-se através de uma análise comparativa dos dois últimos gráficos, que os grandes decréscimos da dívida externa deveram-se ao perdão da dívida no quadro das medidas de alívio da dívida dos países altamente endividados.

Paralelamente à política orçamental expansiva, o Banco Central (Banco de Moçambique) tem também optado por uma política monetária expansiva, sendo, por outro lado, cauteloso no estabelecimento de taxas de juro de referência, que embora decrescentes, mantêm-se altas e com uma grande diferença em relação à taxa de inflação. As taxas de juro de mercado não baixaram na proporção das taxas de referência do Banco de Moçambique por razões diversas: pela existência de sectores económicos com níveis de lucro que suportam custos elevados do capital; pela manutenção dos critérios de segurança/risco na concessão dos créditos; pela baixa bancarização da economia; pelo financiamento da dívida pública reduzindo a capacidade creditícia ao

¹⁸ Refere-se ao déficit sem recursos externos. Se considerar-se o déficit com recursos externos, em percentagem do PIB, o valor baixa consideravelmente.

¹⁹ Para calcular o déficit e as despesas públicas/PIB para 2014, usou-se o PIB do Fundo Monetário Internacional (2014), por este estar indisponível na base de dados do Instituto Nacional de Estatística (organismo nacional).

sector privado e famílias; e, sem ser menos importantes, pelos sectores com rentabilidade absorvem grande parte da oferta monetária²⁰. Acrescentam-se, não menos importantes, as insuficiências do lado da procura do dinheiro (escala e informalidades dos agentes económicos, fraqueza das garantias, riscos das actividades e da economia, entre outros factores).

Com a gestão dos dois instrumentos de política monetária (oferta monetária expansiva e taxas de juro elevadas), conseguem-se vários objectivos: uma política de crédito segmentada pelo próprio mercado de dinheiro; a influência monetária de curto prazo sobre o crescimento económico sectorialmente desequilibrado, a protecção dos níveis de vida, sobretudo dos cidadãos de renda baixa e, sem ser menos importante, o controlo da inflação global e dos bens de consumo dos grupos sociais de renda baixa.

Relativamente ao crédito, realça-se que a maior percentagem do utilizado destinou-se ao comércio, particulares e indústria (no período entre 1991 e 2011). Verifica-se uma tendência de crescimento acentuada do crédito, em todos os sectores, a partir de 2005 até 2011, de aproximadamente 10 mil milhões de meticais em 2005 para aproximadamente 50 mil milhões de meticais em 2011 considerando os dados do Banco de Moçambique. Ao realizar-se uma análise comparativa, observa-se que o crédito referente aos sectores de serviços (excluindo os transportes) apresenta níveis elevados em comparação com os sectores produtivos. Por exemplo, no período compreendido entre 1991 e 2011, a agricultura obteve aproximadamente 8% do volume de crédito comparado aos 17% do referente aos “Particulares”. É necessário realçar o surgimento de uma economia com altos níveis de consumo através da obtenção do crédito (rubrica “Particulares”, que se destina a compra de habitação, automóveis e outros gastos de consumo).

Esta política de crédito teve como objectivos: (1) alocar, por via do crédito, capital aos sectores de maior rentabilidade, período de retorno mais rápido e menor risco; (2) suportar o despesismo governamental e financiar o Estado através da compra da dívida (bilhetes do tesouro e títulos da dívida pública); (3) controlar a inflação (Índice de Preços ao Consumidor), que de acordo com Wuyts (2011), para o período entre 2002 e 2010, revela que o IPC dos produtos alimentares foi superior aos não alimentares em média em cerca de 2,3%, o que contribui para a redução do crescimento do bem-estar da população, relativamente ao crescimento da economia; e, (4) controlar a inflação por via

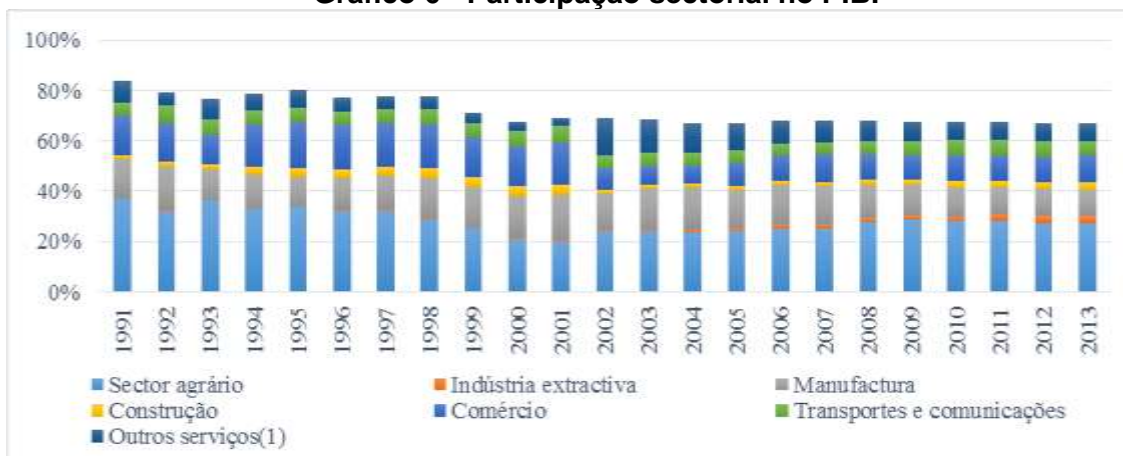
²⁰ As dificuldades de acesso ao crédito têm sido um dos aspectos mais referidos pelos agentes económicos no que se refere ao ambiente e às dificuldades na realização de negócios pelos pequenos e médios agentes económicos.

da taxa de câmbio sobrevalorizada, considerando a crescente importação de bens alimentares. O controlo do IPC completa-se (ou tem como principal factor) com os subsídios de grande parte dos bens de consumo da população de baixa renda (tarifas de água e energia, transportes públicos, serviços de educação e saúde, material escolar). Pode verificar-se como o Banco de Moçambique tem optado por políticas complementares coordenadas com a política orçamental, permitindo a expansão das despesas públicas populistas e de defesa do poder.

Para completar a análise macroeconómica é necessário abordar o crescimento económico e os diferentes componentes do PIB. A economia moçambicana apresenta um ritmo elevado de crescimento e constitui uma continuidade de períodos anteriores, como se pode verificar no gráfico seguinte, e teve como reflexo um maior dinamismo da economia e o surgimento de pequenas e médias empresas nos sectores acima referidos (comércio, transportes, hotelaria e restauração).

A taxa de crescimento registou bastantes variações desde 1991, tendo-se estabilizado no intervalo de 5 a 10% ao ano. Pela estrutura do PIB, verifica-se que o bom desempenho da economia assenta, principalmente, nos grandes investimentos de capital externo que se dirigiram para sectores “arrastados” pela exploração de recursos naturais e de bens agrícolas de exportação (açúcar, tabaco, algodão, extracção de madeira e florestas), e para, particularmente, as infraestruturas – construção civil (portos, caminhos-de-ferro e aeroportos), restauração, habitação, transportes, comércio e sector financeiro. Verifica-se a terciarização da economia sem industrialização, o que significa, baixo crescimento (ou estrangulamento) dos sectores produtivos nacionais e para o mercado interno (agricultura alimentar, indústria transformadora, sem considerar os grandes projectos, e pescas). Os sectores com maior peso no PIB (agricultura e indústria de manufactura/transformadora) são, geralmente, os que cresceram a ritmos mais baixos²¹. Contrariamente, foram os sectores que menos contribuem para a formação do PIB, aqueles que têm crescido mais rapidamente (recursos naturais e construção civil). Se esta tendência permanecer a longo prazo, pode acontecer uma transformação estrutural da economia, em termos de composição sectorial da riqueza.

²¹ Como demonstra Mosca, Abbas e Bruna (2013).

Gráfico 6 - Participação sectorial no PIB.

Nota: (1) Usou-se o termo outros serviços para designar as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

Fonte: Mosca, Abbas e Bruna (no prelo).

Esta constatação tem ainda como uma das causas próximas a baixa capacidade da economia e dos agentes económicos gerarem poupanças para suportar o investimento nacional. Para Francisco e Siúta (2014), após décadas de poupanças negativas, Moçambique começa a apresentar níveis de poupança positiva (maioritariamente devido ao sector privado), no entanto, existe uma poupança negativa de 14% do PIB, justificados pelas poupanças negativas das famílias e do Estado, pelo que apenas 2% das famílias possuem poupanças positivas, enquanto cerca de 98% das famílias continuam a apresentar poupanças negativas.

Em termos mais abrangentes, o estudo realizado pela Agência Francesa de Desenvolvimento apresentado no Seminário Sobre Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento (2009), no âmbito do Ministério da Coordenação Ambiental, revelou que a economia moçambicana possui uma poupança líquida negativa de cerca de 14% do PIB contrapondo e comprometendo o optimismo e o discurso do crescimento económico de entre 6 e 8% durante o período em análise. Portanto, de acordo com este estudo, a actual trajectória de desenvolvimento económico de Moçambique não é sustentável e verificam-se maiores níveis de destruição de riqueza do que acumulação, pondo em questão a sustentabilidade económica, ambiental e social.

Estes dados revelam: (1) um sinal positivo pelo facto de a economia começar a gerar poupanças positivas, mesmo que muito baixas; (2) uma grande concentração da poupança que traduz igualmente o afunilamento do padrão de acumulação e da riqueza, conformando o agravamento das desigualdades sociais; e, (3) o Estado tem sido sistematicamente um contribuinte negativo, com tendência ao agravamento.

Este modelo excludente de crescimento tem consequências sobre a pobreza e outros indicadores económicos e sociais. A instabilidade social aumentou²², sobretudo na segunda legislatura, o que provocou reacções da governação seja com violência ou aprofundando os mecanismos dos aparelhos ideológicos do Estado. As reacções caracterizam-se pelo: (1) aumento do autoritarismo; (2) controlo dos meios de informação; (3) repressão policial às manifestações e greves; (4) discursos reactivos com frases pouco dignificantes por parte dos oradores, incluindo ao mais alto nível, como forma de pressão contra as vozes críticas, individuais e de organizações da sociedade civil; e, (5) o discurso de grandes expectativas e inquinação das realidades utilizando para o efeito somente o indicador do crescimento económico com os *slogans* “a situação está bem”, “a evolução foi positiva”, “estamos a envidar esforços”, distorcendo a realidade e criando expectativas que dificilmente se cumprirão.

Na governação do período 2004-2014, sobretudo nos últimos anos, e como reflexo do autoritarismo, défice de diálogo, falta de transparência do Estado e crescimento da sociedade civil, o governo revelou imensas dificuldades de comunicação com a sociedade e os agentes directos das situações de conflitualidade. Como exemplos, apresentam-se os seguintes casos: (1) a forma como os órgãos de comunicação analisaram o conflito armado entre 2013 e 2014, a Renamo²³ e o seu dirigente; (2) a reacção do Ministério da Saúde aquando da greve dos médicos; (3) a designação de vândalos aos manifestantes (alguns dos quais agredidos com actos violentos); (4) a ausência de informação sobre os resultados do acidente da LAM na Namíbia; (5) a reacção do então Ministro dos Transportes quando a LAM, em 2014, não foi admitida para voar em espaço europeu, afirmando que “não trabalhava para os europeus”; e, (6) entrevista do então Secretário-Geral da Frelimo quando se referiu aos moçambicanos genuínos numa clara ofensiva racista do poder. Estas inabilidades não ajudaram à criação de um clima de pacificação da sociedade.

Em síntese, a evolução da economia moçambicana nos últimos anos continuou a aprofundar a estrutura característica das economias pobres (subdesenvolvidas, em desenvolvimento, etc.). Conforme se pode apreciar com evidências estatísticas, e em consequência das análises efectuadas, destacam-se aspectos relacionados com a dependência de importações alimentares (produz-se o que não se come e come-se o que não se produz), dependência externa de capital, tecnologia e de mão-de-obra qualificada,

²² Existência de greves, conflitos militares entre a Frelimo e Renamo e raptos, principalmente na cidade capital.

²³ Maior partido da oposição moçambicana.

padrão de acumulação centrado no exterior, assimetrias espaciais e sociais, uso insustentável dos recursos naturais, debilidade institucional e de infraestruturas acompanhado de uma política pública desajustada e com concentração e multiplicação de poder.

Considerações finais

A política económica durante o período em análise teve como pilares principais a captação de recursos externos através da oferta de condições económicas “generosas” e de facilitação de operação das multinacionais e de uma diplomacia inteligente na manutenção dos fluxos da cooperação. Muitas decisões e medidas foram tomadas sem bases de estudos económicos e sobre os efeitos sociais e ambientais. Em muitas ocasiões, o voluntarismo económico (“custo político”) sobrepôs-se às decisões racionais e sem previsão e tomada de medidas complementares para a implementação das decisões. Noutras ocasiões, existiram planos e estratégias elaborados pensando-se na possibilidade de obtenção de recursos financeiros adicionais da cooperação ou e investimento externo.

O crescimento económico, considerado elevado e robusto, possui grandes variabilidades conjunturais de crescimento entre e em cada sector (ao longo do tempo) e existe uma tendência de desaceleração durante a última década. Verifica-se ainda que os sectores com maior peso na formação do PIB são os que menos crescem sendo verdadeiro o contrário: os sectores que actualmente menos contribuem para a riqueza nacional são os que têm crescido a ritmos mais elevados. A persistência destas tendências, a médio e longo prazo, poderá reforçar a natureza subdesenvolvida da economia e, portanto, dependente, ineficiente, pouco competitiva, com crescente pobreza e diferenciação social e territorial²⁴, aumento das economias informais e de tráficos diversos.

O orçamento público foi utilizado para suportar despesas que tinham por objectivo a criação das bases de apoio do regime, através da promoção de níveis de vida nos grupos sociais de renda baixa nas cidades e das elites rurais através de subsídios, de distribuição de dinheiro e de aumentos salariais acima da inflação, na tentativa de manter

²⁴ Existem vários estudos que indicam que as diferenciações sociais não se alteraram ou que aumentaram. Para o caso dos desequilíbrios territoriais, com base nas províncias, veja o estudo de Dadá (2014). Dadá conclui que as desigualdades sociais não sofreram importantes alterações e, se as houve, foram no sentido do agravamento dos desequilíbrios espaciais.

a instabilidade social em níveis de baixa intensidade. A política monetária foi instrumentalizada (politizada) para criar um ambiente macroeconómico favorável às importações, não apenas de bens alimentares, mas também dos grandes investimentos (beneficiando, sobretudo, o capital externo), e reduzir o efeito inflacionário dos bens com incidência no custo de vida da população de renda baixa. A política fiscal e monetária expansivas foram utilizadas/administradas para alcançar o duplo objectivo: facilitar a operação do capital e evitar instabilidade social. A inflação foi controlada, sobretudo através de taxas de juro elevadas, dificultando o acesso ao crédito (ou dirigindo-o para os sectores mais rentáveis associados aos grandes investimentos nos sectores extractivos e outros complementares), pela compra da dívida pública pela banca comercial, por taxas de câmbio sobrevalorizadas e por meio de subsídios aos bens e serviços mais consumidos pelas classes sociais desfavorecidas, com particular incidência nas cidades.

O poder do Estado foi reforçado para exercer a função de uma agência concessionária tendo como objectivo principal a configuração de grupos económicos com práticas promíscuas entre o público e o privado e entre a política e os negócios. O Estado possui fortes debilidades de regulação e fiscalização em sectores vitais da economia, facilitando a exploração predadora de recursos e o não-cumprimento de leis, o que é reforçado por um sistema judicial moroso e, muitas vezes, não eficaz. O populismo económico é, assim, complementado por um mercado selvagem sem, ou com muito poucos empresários com espírito capitalista na concepção weberiana e schumpeteriana.

Este modelo de crescimento, sectorialmente diferenciado e com elevada variabilidade nos ritmos de crescimento entre os sectores e socialmente excludente, configura uma sociedade com vários dualismos com aprofundamento das características de uma economia subdesenvolvida. O padrão de acumulação centrado no exterior e, de forma marginal, em poucos sectores económicos e minorias da elite do poder, reforçou o modelo de crescimento não gerador de emprego, reproduzindo a exclusão social no processo de criação de riqueza e com variabilidade inter-anual derivado de vários factores, incluindo do volume de investimento externo e da vulnerabilidade da economia às comoções externas.

Finalmente, a política económica foi gerida com um duplo objectivo: manter e reproduzir o controlo do poder de Estado pela elite da Frelimo que o instrumentalizou para a constituição de grupos económicos; e, reforçar o poder repressivo e de controlo/clima de medo social para manter a crise de baixa intensidade ou em níveis que não perigassem o primeiro objectivo. Paralelamente, existiu uma estratégia de *marketing* e

propaganda política, principalmente para o exterior, de forma a manter os fluxos do investimento estrangeiro e da cooperação internacional.

Referências

BESSELING, R. **Mozambique – political Dynamics, Regulatory Outlook and Infrastructure Risks**. www.exclusive-analysis.com. 2013.

BOLETIM ESTATÍSTICO. Maputo: Banco de Moçambique, 2010-2013.

BRITO, L. **Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda**. IDEIAS, Boletim Nº 13. Maputo. 2009.

CASTEL-BRANCO, C. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável em Moçambique: Crítica Metodológica ao Relatório de T. Ollivier, D. Rojat, C. Bernardac e P.N.** Discussion paper nº 6. 2009.

CASTEL-BRANCO, C. **Os Megaprojectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?** In: Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. Maputo. 2010.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). **Contribuição da EITI para a melhoria da governação do sector extractivo ainda é modesta**. Edição Nº 10/2014. 2014.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). **Novos standars do EITI desafiam o Governo de Moçambique a dar provas de estar comprometido com a transparência**. Edição Nº 16/2013. 2013a.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). **Nomenclatura e Holding do partido Frelimo na Indústria Extrativa em Moçambique**. Serviço de partilha de informação nº 1/2013. 2013b.

CHAGAS, A. T. **O sujeito ideológico na perspectiva de louis Althusser – O assujeitamento**. Disponível em: <www.psicologia.pt/artigos/textos/A0675.pdf>. 2012.

CHIVANGUE, A. E CORTEZ, E. **An analysis of mozambique’s political and economic networks**. WP 136/2015. CEsa, Lisboa. 2015.

DADÁ, Y. **Crescimento económico e equidade interprovincial, 2000-2010**. Debates Nº 17. Universidade Politécnica. Maputo. 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Civilização Brasileira. 9ª Edição. 1984.

FINE, B. e SAAD-FILHO, A. **Marx’s Capital**. London: Pluto Press. 4th Edition. 2004.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Databases**: Base de dados. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/download.aspx>. Acesso em: Outubro 2014.

FRANCISCO, A. e SIÚTA, M. **Poupança Interna Moçambicana: 2000-2010, uma Década Inédita**. Boletim Nº63p. IESE. Maputo. 2014.

HARRISON, G. **Corruption as ‘boundary politics’: the state, democratization, and Mozambique’s unstable liberation**. Third World Quarterly, 20:3, 537–550. 2010.

MARQUES, R. **Os Aparelhos Ideológicos de Estado: Breves Considerações Sobre a Obra de Louis Althusser**. 2008. Disponível em : <http://www.ihj.org.br/pdfs/rm2008.pdf> . Acesso a 16/08/2015. 2008.

MARX, K. **O método da economia política**. Karl Marx Apresentação de João Quartim de Moraes e tradução de Fausto Castilho. Crítica Marxista, 30. 2010.

MARX, K. **Capital: A critique of political economy**. Volume I. London: Lawrence & Wishart. 1983.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 46/2004, de 27 de Outubro: Aprova o Código da Sisa. Boletim da República (2004) I SÉRIE - Número 43.

MOÇAMBIQUE. Lei nº19/97, de 01 de Outubro: Aprova a Lei de Terras. Boletim da República (1997) I SÉRIE - Número 40.

MOSCA, J. e BRUNA, N. **ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades**. Observador Rural Nº 31. Observatório do Meio Rural. Maputo. 2015.

MOSCA, J., ABBAS, M. e BRUNA, N. **Governança 2004-2014: Poder, Estado, Economia e Sociedade**. Maputo. No prelo.

MOSCA, J., ABBAS, M. & BRUNA, N. **Economia de Moçambique 2001-2010: Um Mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem**. Maputo: Escolar Editora. 2013.

MOSCA J., PEREIRA, K e DADÁ, Y. **Influência das taxas de câmbio na agricultura**. Observador Rural Nº 20. Observatório do Meio Rural. Maputo. 2014.

MOSCA, J., BARRETO, G., ABBAS, M. E BRUNA, N. **Competitividade da Economia Moçambicana**. Escolar Editora. Maputo. 2012.

MOSCA, J. **Economia de Moçambique**. Século XX. Editora Piaget. Lisboa. 2005.

NUVUNGA, A. **Megaprojetos Têm Muitos e Excessivos Incentivos Fiscais**. CIP. Fevereiro/2013. 2013.

OBSERVATÓRIO DO MEIO RURAL. Caça furtiva: o fim de um património?. Destaque rural nº 7. Outubro 2014.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. Boletim da República. Disponível em: <http://www.dno.gov.mz>. Acesso em 12 mar 2015.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/orcamento. Acesso em 12 mar 2015.

RELATÓRIO ANUAL 2013. Maputo: Banco de Moçambique, 2001-2013. Volume 22.

SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS NATURAIS, MEIO AMBIENTE E CRESCIMENTO, 2009, Maputo. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável em**

Moçambique. Agência Francesa de Desenvolvimento acolhido pelo MICOA. Janeiro/2009.

SILVA, M. F. e BERTOLDO, E. **O conceito de política em Marx: análise de obras de 1843 a 1871.** Revista Eletrônica Arma Da Crítica Ano 3: Número 3/ Dezembro 2011/. 2011.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption perception index.** 2013.

VIEIRA, K., DADÁ, Y. E MARTINS, M. **Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os “My love”.** Observador Rural Nº 23. 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The global competitiveness report.** Geneve, Suíça. Vários anos.

WUYTS, M. **Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique.** Boletim Nº 35P. IESE. Maputo. 2011.

Recebido para publicação em 20 de julho de 2016.

Aceito para a publicação em 01 de maio de 2017.